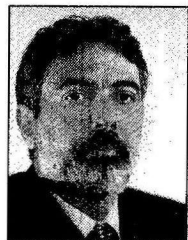


CORREIO ECONÔMICO



NELSON TORREÃO

correcon@cbdata.com.br

Livro de professora do Ceub revela detalhes da renegociação de 1898, que hoje repercutem como ecos

A REPETITIVA HISTÓRIA DA DÍVIDA

O presidente Fernando Henrique costuma se comparar a figuras históricas conforme o traço de sua personalidade que pretenda destacar ou o momento que seu governo atravesse.

Na euforia dos primeiros meses de real gostava de se imaginar um Juscelino Kubitschek, abrindo as portas de um novo ciclo de desenvolvimento para o país. Mais recentemente, quando se criticava o seu temperamento demasiadamente conciliador, o presidente passou a notar semelhanças suas com D. Pedro II.

Depois da desvalorização do real e do duro ajuste econômico que se seguiu, o espelho presidencial voltou-se para Campos

Salles, que saneou as finanças públicas no começo do século.

Um opúsculo publicado recentemente pela professora de História do Ceub Carmen Lícia Palazzo (*"Dívida externa: a negociação de 1898"*, Brasília, Da Anta Editora, 120 páginas) confirma o paralelismo entre os dois governos e mostra que a história da nossa dívida externa é de uma mesmice enfadonha.

A originalidade do livro da professora Palazzo consiste em recorrer à correspondência particular de Campos Salles com sua mulher, "Dona Aninha", e com os banqueiros Rothschild, durante anos agentes financeiros do Brasil na Inglaterra.

O mandato de Prudente de Moraes chegava ao fim, em 1897, em meio a uma grave crise financeira, com quedas acentuadas da taxa de câmbio e dos preços do café, nosso principal produto de exportação. O governo não conseguia controlar o déficit público e estava prestes a

suspender o pagamento da dívida externa.

Prudente de Moraes passa a combinar com Campos Salles, candidato a presidente nas eleições de março de 1898, uma viagem deste a Londres para conseguir um novo empréstimo. A alternativa, dizia, era a suspensão unilateral dos pagamentos.

O primeiro sinal de Campos Salles é um discurso, chamado Manifesto Eleitoral, lido durante um banquete a ele oferecido em 31 de outubro de 1897. Pregava a austeridade nos gastos públicos, a redução de tarifas de importação e a manutenção sob responsabilidade do Tesouro apenas das despesas "de natureza estritamente federal." Como esperado, o discurso repercutiu muito bem na City londrina.

Fernando Henrique faria o mesmo no discurso de 23 de setembro no Itamarati, que prececeu a negociação do acordo brasileiro com o FMI.

Com base na cartas pessoais

de Campos Salles, a professora Palazzo mostra que o primeiro acordo de consolidação da dívida externa brasileira (o primeiro *Funding Loan*) foi proposto pelos banqueiros ingleses e os brasileiros a ele aderiram, depois arrancar algumas concessões.

Ao contrário do que sustentaria Bernardino de Campos, ministro da Fazenda de Prudente de Moraes, a proposta original não era brasileira, nem se tratava de um empréstimo novo, mas de uma consolidação de dívidas anteriores, em troca da qual o Brasil se obrigava a recolher e destruir parte da moeda em circulação.

Podem-se ouvir ecos do passado nas palavras do ministro Pedro Malan, ao sustentar, nos jornais de ontem, que as metas do programa econômico brasileiro com o FMI são determinadas internamente e que atribuí-las ao Fundo só pode ser "complexo de inferioridade, dependência cultural."

ANTIOQUIA, BRAZIL

Deu no New York Times de ontem: na sessão World Briefing (resumo do mundo) há uma nota com o título Brazil: slain by left and right (matança entre esquerda e direita). Descreve conflitos entre guerrilheiros esquerdistas e grupos paramilitares de direita, que teriam resultado na morte de pelo menos 25 pessoas. O conflito teria ocorrido na estratégica província de Antioquia, no noroeste do país. O Itamarati dever avisar o jornal que Antioquia fica na Colômbia e que, apesar das manobras da PM de Itamar Franco, a guerrilha de esquerda no Brasil acabou na década de 70.